

CRITÉRIOS DE RECONOCIMIENTO Y VALORACIÓN DEL IMOBILIZADO EN LAS ENTIDADES PÚBLICAS

Fernando Paulo Marques de Carvalho

Eq. Assistente

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Avenida Miguel Bombarda, 21, 1069-035 Lisboa, Portugal

Telephone +351 96 2561667

fpcarvalho@iscal.ipl.pt

José Luís Miguel da Silva

Eq. Assistente

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Avenida Miguel Bombarda, 21, 1069-035 Lisboa, Portugal

Telephone +351 96 9021361

jlsilva@iscal.ipl.pt

Área: F) Sector Público

Key words: Contabilidade pública, imobilizado corpóreo, activos tangíveis

CRITÉRIOS DE RECONOCIMIENTO Y VALORACIÓN DEL IMOBILIZADO EN LAS ENTIDADES PÚBLICAS

Resumen

El Plan Oficial de Contabilidad Pública (POCP) fue marcante para la actividad financiera del Estado, determinando que el paradigma de la contabilidad patrimonial sea de aplicación generalizada a toda la Administración Pública. El proceso de armonización internacional es iniciado por la *Federation of Accounts* (IFAC), mediante su *Public Sector Committee* (PSC), con la emisión de las *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSAS). En 2000 es aprobada en Portugal legislación específica relativa al Cadastro e Inventário de los bienes del Estado (CIBE), existiendo en ese diploma criterios de valorimetría distintos. En este trabajo se pretende aclarar los procedimientos correctos relativos al immobilizado corpóreo principalmente en lo que dice respecto a su inventariación, valorización y depreciación.

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO IMOBILIZADO NAS ENTIDADES PÚBLICAS

Resumo

O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) foi marcante para a actividade financeira do Estado, determinando que o paradigma da contabilidade patrimonial seja de aplicação generalizada a toda a Administração Pública. O processo de harmonização internacional é iniciado pela *Federation of Accounts* (IFAC), através do seu *Public Sector Committee* (PSC), com a emissão das *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSAS). Em 2000 é aprovada em Portugal legislação específica relativa ao Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), existindo neste diploma diferentes critérios de valorimetria. Neste trabalho pretende-se esclarecer os procedimentos correctos relativamente ao immobilizado corpóreo nomeadamente no que diz respeito à sua inventariação, valorização e deprecição.